

Turismo cultural alentejano...como rentabilizar?¹

Leonor ROCHA²
Gertrudes BRANCO³

Resumo

As sociedades contemporâneas beneficiam de um crescente aumento da sua qualidade de vida, materializada no tempo despendido em ações de lazer e usufruto coletivo. Neste contexto o Turismo tornou-se num importante veículo de intercâmbio cultural permitindo o conhecimento de diferentes aspetos materiais e imateriais relacionados com sociedades passadas e presentes.

O património arqueológico, enquanto fonte de conhecimento e testemunho material das sociedades do passado, adquire especial relevo no âmbito do denominado Turismo Cultural. Contudo, a sua disponibilização, enquanto elemento passível de usufruto coletivo, não pode ser desassociada da responsabilidade assumida pelas entidades tutelares no seu estudo, preservação e divulgação.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Património; Património Arqueológico; Mora; Portugal.

Abstract

Contemporary societies benefit from a growing increase in their quality of life, materialized in time spent on leisure and collective enjoyment. In this context, Tourism has become an important vehicle for cultural exchange, allowing the knowledge of different material and immaterial aspects related to past and present societies.

The archaeological heritage, as a source of knowledge and material testimony of past societies, acquires special relevance in the context of so-called Cultural Tourism. However, its availability, as an element that can be enjoyed

¹ Este texto resulta da comunicação apresentada no IV Congreso Ibero Americano de Estudios Territoriales y Ambientales, realizado em Mérida em 2010 e cujas atas não foram publicadas.

² Univ.Évora/ECS. CEAACP/FCT/UALG (UID/ARQ/0281/2019). lrocha@uevora.pt.

³ CHAIA/UÉ [2019] – Ref.ª UID/EAT/00112/2013- FCT. gertrudes.branco@gmail.com

collectively, cannot be disassociated from the responsibility assumed by the tutelary entities in its study, preservation and dissemination.

Keywords: Cultural Tourism; Patrimony; Archaeological Heritage; Mora; Portugal.

1. Introdução

As sociedades contemporâneas beneficiam de um crescente aumento da sua qualidade de vida, materializada no tempo despendido em ações de lazer e usufruto coletivo. Neste contexto o Turismo tornou-se num importante veículo de intercâmbio cultural permitindo o conhecimento de diferentes aspetos materiais e imateriais relacionados com sociedades passadas e presentes.

O património arqueológico, enquanto fonte de conhecimento e testemunho material das sociedades do passado, adquire especial relevo no âmbito do denominado Turismo Cultural. Contudo, a sua disponibilização, enquanto elemento passível de usufruto coletivo, não pode ser desassociada da responsabilidade assumida pelas entidades tutelares no seu estudo, preservação e divulgação.

Em Portugal encontram-se registados, na base de dados oficial do Ministério da Cultural, cerca de 33.260 sítios arqueológicos terrestres e cerca de 1.920 sítios arqueológicos subaquáticos. Contudo, poucos se encontram em condições de serem visitados, e apreendidos na sua complexidade pelo público não especializado.

Este amplo conjunto de ocorrências e testemunhos de interesse cultural nunca foram devidamente estudados, no sentido de avaliar o seu potencial, enquanto elementos passíveis de fruição pública. Esta grave lacuna resulta da ausência de planos estratégicos para a gestão do património arqueológico que, num futuro, mais ou menos próximo, permitam potencializar um investimento organizado, que conjugue turismo e património arqueológico, à semelhança do que acontece noutros países europeus.

2. Definir estratégias

O papel dos inventários e das bases de dados na gestão do património cultural é, há muito, reconhecido como indispensável para a identificação, proteção, interpretação e preservação de objetos, monumentos históricos, sítios arqueológicos e paisagens culturais.

Este princípio encontra-se subjacente nas principais convenções internacionais (Malta, 1992; Helsínquia, 1996) de proteção do património cultural, que insistem na necessidade de se encontrarem métodos de preservar o património através da criação de inventários, que permitam a troca de informações técnicas e científicas entre os diferentes intervenientes culturais com o objetivo de promover o conhecimento e divulgação da herança cultural comum

Conscientes do papel que o inventário detém na compreensão, proteção, conhecimento e gestão do património arqueológico, diversos países mantêm, *on line*, inventários do património arqueológico registado nas suas áreas de jurisdição.

A Junta de Andaluzia através do Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico mantém *on line*⁴ a Base de Dados do Patrimonio Inmueble de Andalucía – SIPHA – onde disponibiliza centenas de registos de sítios monumentos e materiais com interesse histórico cultural.

O Archaeology Data Service⁵ permite a pesquisa, conhecimento e divulgação dos monumentos e sítios arqueológicos registados no Reino Unido. A informação disponibilizada abrange desde o resultado de escavações arqueológicas ao catálogo de materiais arqueológicos.

Em França⁶ a base de dados disponibilizada pelo Ministério da Cultura, inclui registos sobre o património arqueológico, arquitetónico, cinema, arquivos, museus e musica, entre outros conteúdos de interesse cultural.

Em Portugal, a base de dados do património arqueológico encontra-se inserida, no Portal do Arqueólogo, sendo gerida pela Direção Geral do Património Arqueológico (DGPC). Este Portal, para além de ser um instrumento de gestão da atividade arqueológica em Portugal, possui também

⁴ <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/bdi/frmSimple.do>

⁵ <http://ads.ahds.ac.uk/>

⁶ <http://www.culture.gouv.fr/nav/index-bdd.html>

a base de dados sobre sítios e monumentos arqueológicos, provenientes de diferentes fontes de informação, como sejam recolhas bibliográficas (recentes e antigas), prospeção e escavação arqueológica (salvaguarda e investigação). No entanto, devido ao elevado número de trabalhos realizados nas últimas décadas, sobretudo associados a minimização de impactes ambientais e à escassez de recursos humanos afetos a este serviço, esta base de dados não se pode considerar como representando o total de sítios existentes, à data, em Portugal.

Apesar das suas especificidades, as bases de dados supra mencionadas, possuem entre si aspetos comuns como sejam o facto de serem, em maior ou menor grau, institucionalizadas. Estas pretendem compilar o maior número de informação possível sobre o património arqueológico existente no interior da sua jurisdição, abarcando uma longa diacronia e tipologia de registos.

O cariz marcadamente generalista destas bases de dados, e especificamente do Portal do Arqueólogo, compilando sumários provenientes de diferentes fontes de informação, diacronias e tipologias culturais serve, preferencialmente, para a sua integração em instrumentos de Ordenamento do Território, com vista à sua salvaguarda, pela prevenção, de possíveis ações impactantes.

Sem minimizar o papel destas fontes de informação, no conhecimento, divulgação e salvaguarda dos sítios arqueológicos nacionais, defendemos que este deve ser o ponto de partida para a construção de bases de dados especializadas (mas abertas), no cumprimento de objetivos específicos que, naquilo que nos propomos, concerne a compilação das informações disponíveis sobre os monumentos megalíticos funerários alentejanos, estabelecendo sincronia entre dados de cariz científico e elementos que potenciem a sua utilização, enquanto produtos turísticos.

3.Megalitismo funerário alentejano: um study case

O megalitismo funerário possui um elevado número de registos na região alentejana, para o qual contribuíram inúmeros trabalhos de investigação, como os que resultam na elaboração de dissertações de licenciatura, mestrado e doutoramento. Contributos decisivos para o aumento e melhoria dos conhecimentos disponíveis, não só pelas teses elaboradas,

mas também por resultarem na localização, com equipamentos eficazes (GPS), de um substancial número de monumentos que careciam de uma revisão atual. O concelho de Mora (Portugal), considerado a título exemplificativo neste trabalho, foi uma das áreas revistas no decurso de trabalhos académicos realizados (Rocha, 1999, 2005, 2009/2010).

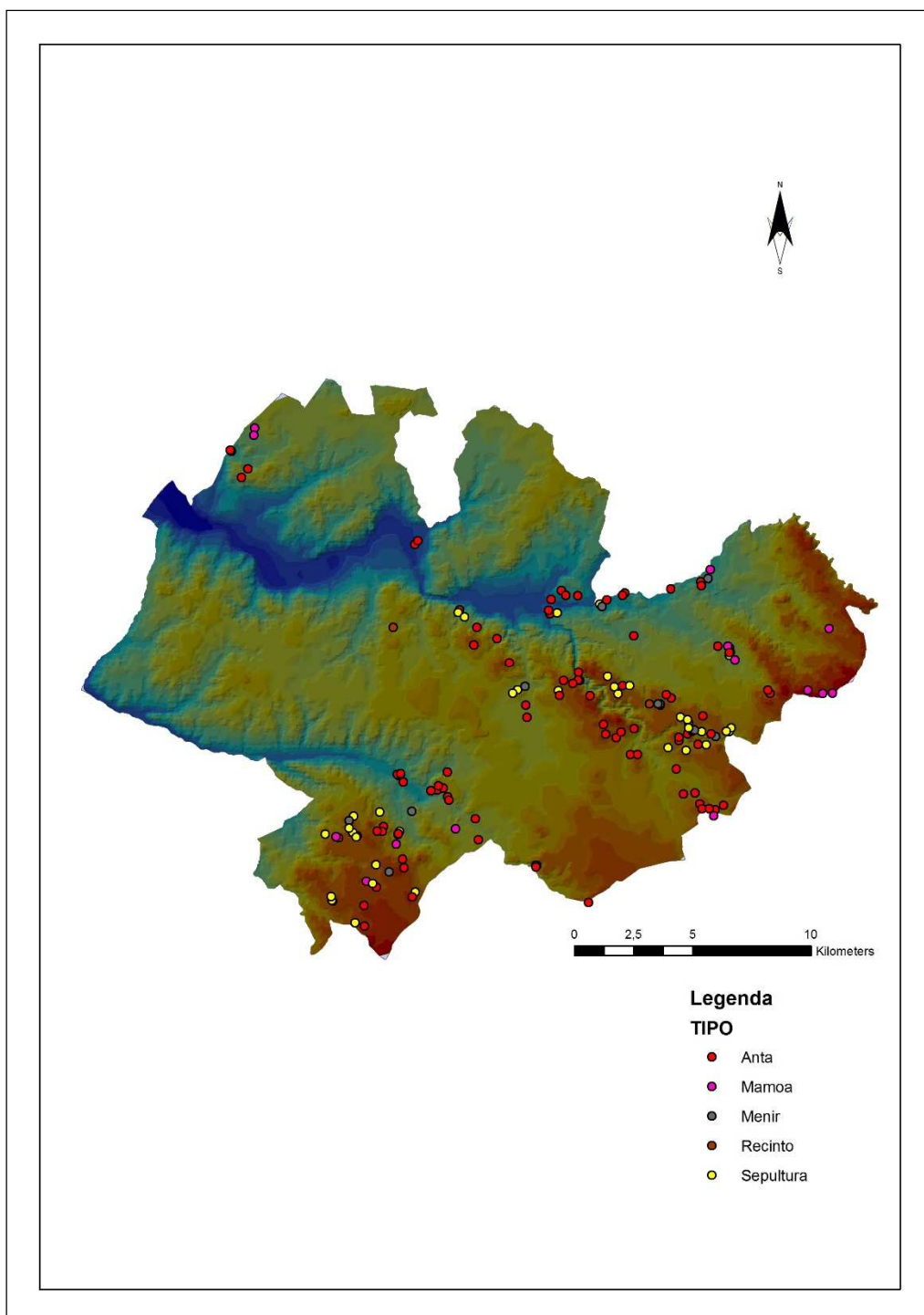


Figura 1. Localização dos monumentos megalíticos do concelho de Mora (Portugal)

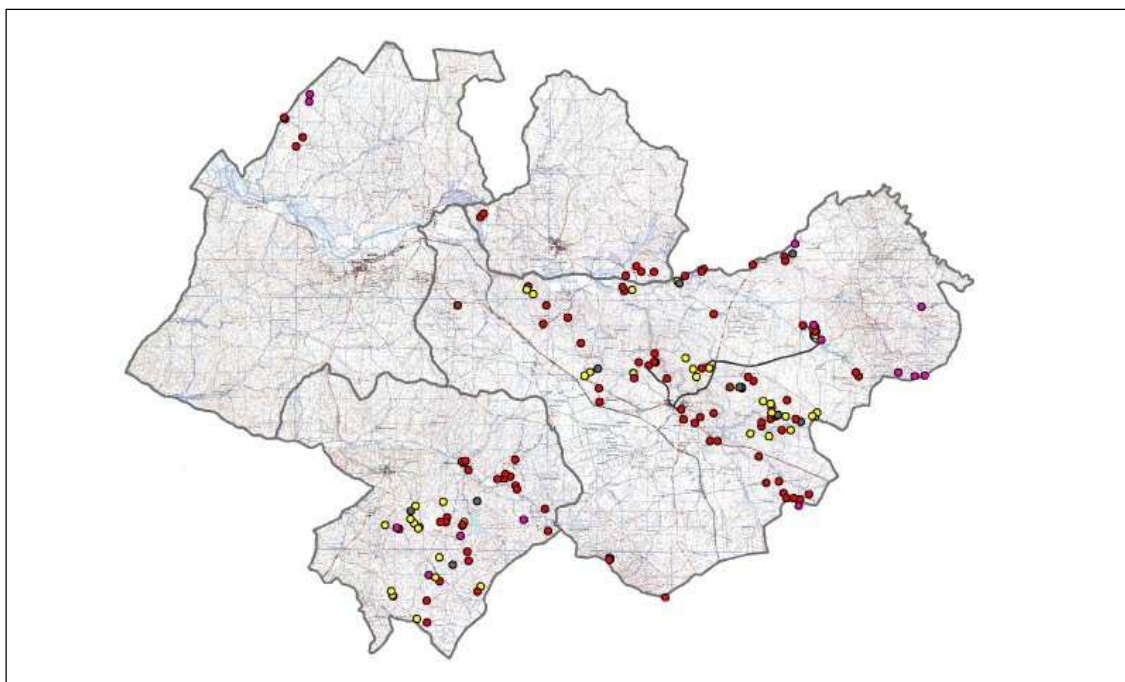


Figura 2. Localização dos monumentos megalíticos do concelho de Mora (Portugal), sobre Cartas Militares de Portugal.

Não obstante os inúmeros trabalhos arqueológicos, que versam sobre o megalitismo funerário alentejano, os resultados nem sempre se encontram acessíveis e estruturados em torno de um objetivo comum. Muitas vezes encontram-se dispersos por fundos locais e bibliotecas nacionais, pouco acessíveis aos investigadores, em geral, e inacessível ao público em geral.

O projeto iniciado em 2010, coordenado por uma das signatárias (LR), tinha por objetivo criar um *Corpus do Megalitismo Alentejano*. Este projeto baseia-se nas recomendações emitidas pelo Conselho da Europa adotando o objetivo de promover o conhecimento, gestão, conservação e promoção do património arqueológico, especificamente, dos sítios e monumentos incluídos no conceito de megalitismo funerário, no Alentejo Central.

Este deverá compilar as informações disponíveis sobre um determinado monumento permitindo a sua utilização enquanto fonte de informação científica, utilizada no âmbito de investigações académicas, e processos de gestão territorial. Em paralelo deve disponibilizar um conjunto de dados, como seja o estado de conservação, localização, tipo, cronologia e valor histórico ou cultural que permita o seu aproveitamento e inserção em rotas de turismo cultural e natural.

Considerando os objetivos definidos, a base de dados que se encontra em fase de construção, devido à existência de vários condicionalismos

burocráticos e financeiros, da responsabilidade de Gertrudes Branco, será estruturada segundo quatro níveis de informação inter-relacionados:

Nível 1 – Descrição física

Este conteúdo refere as principais características físicas do monumento, incluindo dimensões, materiais construtivos e outras especificidades, como sejam o seu estado de conservação. Este conteúdo permite incluir o monumento numa tipologia de referência, possibilitando a definição de uma hierarquia de monumentos de intervenção prioritária em ações de preservação, conservação e restauro;

Registo Arqueológico

Identificação Enquadramento Informação auxiliar Projecto

Código:

Designação:

Categoria:

Tipo de sítio:

Localização

Distrito: Concelho:

Freguesia:

Meridiano: Paralelo:

Altimetria: CIP:

Precisão:

Estado de conservação

Conservação:

Protecção legal

Protecção:

Cronologia

| |
|--------------|
| Paleolítico |
| Aunignacense |
| * |

Registo:

Compilação: Autor: Revisão:

Figura 3. Base de dados em construção (Access)

Registo Arqueológico

Identificação Enquadramento Informação auxiliar Projecto

Descrição:

Informação:

Documentação:

Observações:

| Materiais |
|------------|
| ▶ Cerâmica |
| Machado |
| * |

Registo: 1

Compilação: Autor: Gertrudes Branco Revisão:

Figura 4. Base de dados em construção (Access)

Nível 2 – Informação visual

Este conteúdo compila informações referentes à paisagem atual envolvente ao monumento, como sejam o ambiente cénico, campo visual, e critérios paisagísticos (geologia, geografia). Este nível permite integrar o monumento da paisagem envolvente, informação utilizada cientificamente, permite, simultaneamente, identificar e monitorizar fatores de risco que possam afetar a preservação do monumento;

Nível 3 - Historiografia

Este conteúdo pretende citar as fontes de informação (bibliográfica e outras) que referenciem o monumento, possibilitando a construção da sua

historiografia desde a identificação, passando pelas eventuais intervenções arqueológicas, locais de depósito de espólio, bibliografia e interpretações histórico - arqueológicas. Este nível fornece aos investigadores, e outros interessados, um ponto de partida para fundamentar e desenvolver a sua própria pesquisa.

Nível 4 – Divulgação

Este conteúdo sintetiza um conjunto de informações que equaciona o monumento enquanto passível de promoção para fins económicos, como seja a sua integração em ações de turismo cultural. Entre os aspetos a considerar, teremos o seu valor patrimonial, as acessibilidades, estado de conservação, integração paisagística, entre outros. Este nível permite hierarquizar os monumentos em função do seu potencial de fruição pública, permitindo ao público em geral contactar com a sua história, simultaneamente fomentar a identidade e economia local.

4. Conclusões

A criação de uma base de dados on-line que contém o maior número possível de informação sobre monumentos megalíticos funerários do Alentejo pretende, antes de mais, contribuir para o seu estudo e divulgação por parte de investigadores e público em geral. Recentemente foi realizada uma tese de mestrado em Arqueologia que incidia também sobre esta temática (*Um Atlas Digital para o Megalitismo: uma Infraestrutura de Dados Espaciais, Sudoeste da Península Ibérica*), mas visando, também, abranger novas áreas do conhecimento, nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica e web semânticas (Santos, 2018).

Deste modo, as possibilidades de rentabilizar, de forma ordenada, o vasto património arqueológico existente, poderia passar pela articulação das tradicionais metodologias de análise combinadas com as novas possibilidades informáticas com a colaboração de entidades públicas e privadas que, com base nestes dados podem:

1. Criar redes, regionais e locais, de sítios visitáveis que conjuguem o factor património com o ambiente;
2. Realizar percursos megalíticos, entre muitas outras possibilidades;

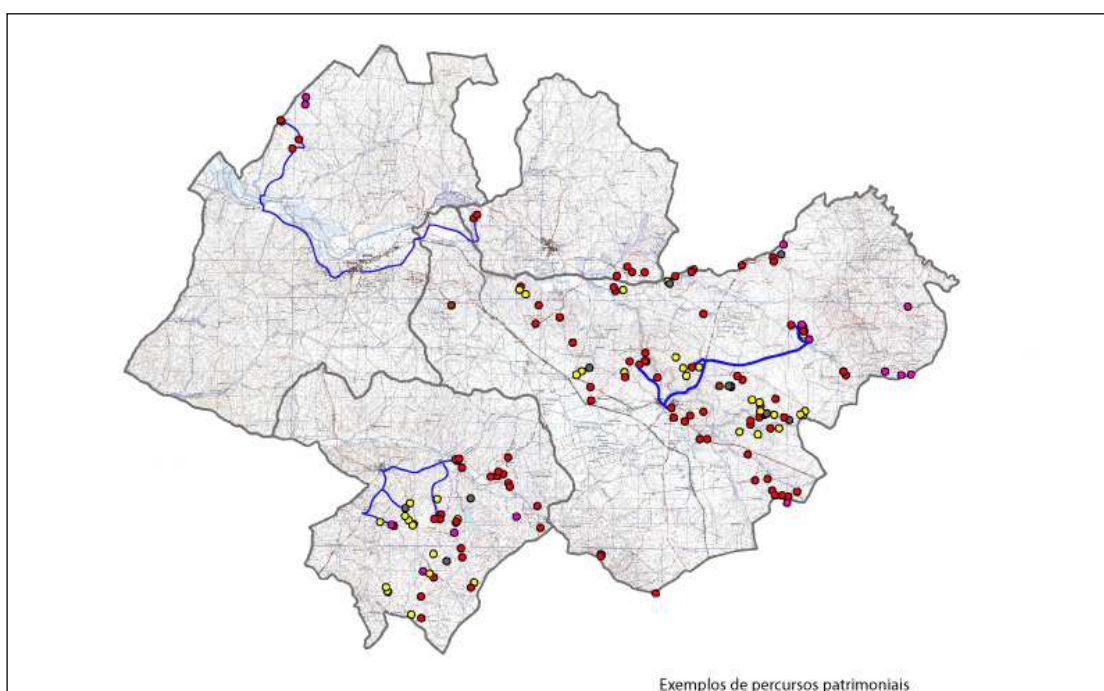


Figura 5. Exemplo de percursos megalíticos possíveis, em Mora (Portugal).

3. Restaurar e/ou musealizar os sítios que se encontram em maior risco de degradação;

4. Apoiar projetos turísticos com maior interesse regional ou transregional.

Para além disso, a articulação deste projeto com outros que se viessem a desenvolver noutras regiões, poderia alargar, substancialmente as possibilidades de rentabilização do património, criando um turismo sustentado em que as duas grandes valências seriam, por exemplo, o património e a natureza. Poder-se-ia assim alargar para um conjunto de outros temas, como:

1. Estabelecer uma rede, nacional, de museus temáticos, em função das mais-valias de cada região;

2. Criar áreas protegidas, quer pela biodiversidade existente, quer pelo valor cultural que representam;

3. Criar pontos de observação da paisagem, da flora, da fauna e do património.

Na verdade, as possibilidades turísticas oferecidas pelo Património são quase inesgotáveis e podem estruturar-se de forma temática ou cronológica, podem ser criados roteiros baseados apenas nas ofertas patrimoniais ou combinados com outros tipos de ofertas turísticas como o de natureza, gastronómico, entre outros, não obstante os eventuais obstáculos ou constrangimentos que possam existir em algumas áreas (Rocha, 2012).

5. Bibliografia

ROCHA, L. (2012) - Investimentos públicos em Património privado: problemas e perspectivas. *VI Congreso Internacional de Musealización de Yacimientos y Património: "Arqueología, Patrimonio y Paisajes Historicos para el Siglo XXI*. Toledo, p. 206-213.

ROCHA, L. (2009/2010) – As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno. *Promontoria*. Universidade do Algarve.

ROCHA, L. (2005) - *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: FLL (tese de doutoramento).

ROCHA, L. (1999) - *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história Regional*. Setúbal: Câmara Municipal de Mora.

ROCHA, L; BRANCO, G. (2009) - Archaeological Maps: methods and techniques for territorial analysis. *ARCHEOSCIENCES. Revue d`archéométrie*. Suppl. 33. Paris: Presses Universitaires de Rennes, p. 141-142.

SANTOS, Ivo (2018) - *Um Atlas Digital para o Megalitismo: uma Infraestrutura de Dados Espaciais (Sudoeste da Península Ibérica)*. Évora: Universidade de Évora (tese de mestrado). [em linha] <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24266>

<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/bdi/frmSimple.do>

<http://ads.ahds.ac.uk/>

<http://www.culture.gouv.fr/nav/index-bdd.html>

